

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.406 - SP (2019/0180274-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **MAKRO ATACADISTA S.A**
ADVOGADOS : **SERGIO FARINA FILHO E OUTRO(S) - SP075410**
 ANDRE TORRES DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF035161
 OTAVIO HENRIQUE DE CASTRO BERTOLINO - SP243801
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **CLAUDIA CARDOSO CHAHOUD E OUTRO(S) - SP118250**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por **Makro Atacadista S.A.**, desafiando decisão da Presidência do STJ, que não conheceu do recurso ante a intempestividade do agravo em recurso especial.

A parte agravante, em suas razões, sustenta que *"a Agravante procedeu à devida comprovação da tempestividade de seu recurso, juntando, no ato de interposição (artigo 1.003, §6º do CPC), todos os atos oficiais pertinentes que comprovam a suspensão do expediente forense perante as instâncias ordinárias (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)." (fl. 641).*

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 649).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Como narrado, a Presidência desta Corte considerou intempestivo o recurso especial da empresa agravante, ressaltando o dever da parte em demonstrar, de logo, a ocorrência de feriado local, conforme determina o § 6º do art. 1.003 do CPC/2015.

A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, em 2/10/2019, concluiu o julgamento do **REsp 1.813.684/SP**, e reafirmou a compreensão de que o feriado local deve ser comprovado no ato da interposição do recurso, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015. Nesta ocasião, também modulou os efeitos desta decisão, para permitir aos recursos interpostos anteriormente à publicação do acórdão a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude de feriado local.

Assim, tendo em vista que as razões do próprio recurso especial trazem

Superior Tribunal de Justiça

documento capaz de demonstrar que não houve expediente forense no Tribunal local nos dias 15, 16, 19 e 20 do mês de novembro de 2019 (fls. 549/550), o recurso deve ser considerado tempestivo.

ANTE O EXPOSTO, melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tornando-a sem efeito.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova análise do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator